

MEMÓRIAS CRIOULAS SOBRE AS POLÍTICAS DE ASSIMILAÇÃO COLONIAL EM ANGOLA (1926-1975)

MEMORIAS CRIOLLAS SOBRE LAS POLITICAS DE ASIMILACIÓN COLONIAL EN ANGOLA (1926-1975)

Washington Santos Nascimento

IFCH – UERJ

washingtonprof@gmail.com

Resumo

Este artigo pretende entender a história das famílias crioulas em Luanda, Angola, na primeira metade do século XX e acompanhar, através das memórias de alguns de seus integrantes, os debates que se deram entre os crioulos sobre a aceitação (ou não) da nova categoria de assimilado, instituído pela ditadura salazarista (1926-1975) e sua política colonial que substituiu a sua antiga condição de “civilizado”.

Palavras-Chave: Crioulos. Memórias. Políticas coloniais.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo comprender la historia de las familias criollas en Luanda, Angola, en la primera mitad del siglo XX y acompañar, a través de las memorias de algunos de sus miembros, los debates que tuvieron lugar entre los criollos acerca de la aceptación (o no) de la nueva categoría de asimilado, instituida por la dictadura salazarista (1926-1975) y su política colonial que reemplazó su antigua condición de "civilizado".

Palabras clave: Criollos. Memorias. Políticas coloniales.

1. Introdução

Na história da colonização portuguesa os crioulos podem ser entendidos como grupos locais (nativos ou não), quase sempre mestiços, que falavam as línguas das populações a serem colonizadas e entendiam, ao menos em parte, seus códigos sociais e culturais, por isso eram utilizados como vetores do processo de mistura entre portugueses e nativos, facilitando a atuação de Portugal nas suas colônias.ⁱ Em Angola atuavam como uma elite política e econômica local que estabeleceu o que Isabel Castro Henriques (2003) chamaria de “cumplicidade contraditória” com os portugueses, auxiliando-os no processo de colonização da colônia, mas criando certa autonomia em relação à metrópole ao longo dos anos.

A popularização do termo “crioulo” para definir esse grupo se deveu em grande parte a Mário Antonio Fernandes de Oliveira (1965) e seu estudo, *Luanda: ilha crioula*, apesar de não ter sido ele o primeiro a utilizá-lo, pois já aparecia em obras dos séculos XVII e XVIII, como as de Antonio de Oliveira Cadornega (1680-1681) e Elias Alexandre da Silva Correia (1782).

Entretanto é importante destacar que estes grupos não utilizavam este termo para se auto referenciar, preferindo outras expressões, como “angolenses”, “filhos da terra” e “cidadão nativo” (BITTENCOURT, 1999, 2010) mesmo assim a historiografia contemporânea tem usado o termo “crioulo” como categoria conceitual para definir um grupo social com elementos históricos e sociais comuns, apesar de não existir uma homogeneidade interna, tampouco a defesa de uma maior coesão (CORRADO, 2009).

Assim sendo este artigo pretende entender a estruturação desta elite nativa em Luanda, Angola, na primeira metade do século XX e acompanhar, através das memórias de alguns de seus integrantes, os debates que se deram dentro de algumas destas famílias sobre a aceitação (ou não) da nova categoria legal de assimilado, instituída pela ditadura salazarista (1926-1975) e seu estatuto do Indigenato (1926) que substituíam a sua antiga condição de “civilizado”.

2. Os crioulos em Luanda na primeira metade do século XX

Em Luanda, na primeira metade do século XX, a camada mais antiga de crioulos era composta em grande parte pelas famílias Vieira Dias, Mingas, Van-Dunem, Pinto de Andrade, Figueiras da Silva, Torres e Netoⁱⁱ. A origem dessas famílias era muito diversa: os Mingas vieram de Cabinda; Vieira Dias, provavelmente, do norte angolano; já os Van-Dunem

são descendentes dos holandeses Balthasar Van Dunem e João Van Dunem, mercadores que estiveram em Angola por volta de 1630.ⁱⁱⁱ O escritor Domingos Van-Dunem, em entrevista dada a Laban (1991), ressalta o caráter mestiço de sua família. Ao ser perguntado sobre a origem do nome Van-Dunem, ele respondeu: [...] sabe-se que é de origem holandesa. Há vários trabalhos que dão conta do seu aparecimento em Angola. Meu avô materno, brasileiro, era mestiço (VAN-DUNEM In: LABAN, 1991, p. 187). Os Van-Dunen sempre fizeram questão de destacar suas ligações com os mercadores de cativos, quer holandeses, quer brasileiros, em uma clara demonstração de diferenciação em relação a outras elites crioulas angolanas, que tiveram escravos em sua genealogia famílias.

Além disso, esses grupos se misturaram entre si ao longo dos tempos. Ainda no início do século XIX, uma Van-Dunem (Margarida Van-Dunem dos Santos Torres) foi casada com um Vieira Dias (Mateus Vieira Dias). No início do século XX, um Mingas (André Rodrigues Mingas) casou-se com uma Vieira Dias (Antonia Vieira Dias). Estes são alguns exemplos das misturas existentes, sobretudo entre os Mingas, Van-Dunem e Vieira Dias.

As ligações entre essas famílias foram também políticas. Na década de 1930, com a Liga Nacional Africana (LNA), construíram uma das primeiras organizações das elites crioulas com o objetivo de propiciar maior proteção social a esta parcela da população.^{iv} Havia em seus quadros famílias com algum grau de ascensão econômica, como a Van-Dunem, Torres, Assis, Vieira Dias e Pinto de Andrade. Entre os primeiros articuladores, ainda no início do século XX, ressaltam os nomes de Manuel Pereira dos Santos Van Dunem, Manuel Inácio dos Santos Torres e António de Assis Júnior, além de membros da família Pinto de Andrade, como José Cristino Pinto de Andrade, e da família Vieira Dias, como Fernando Torres Vieira Dias, José Vieira Dias e Mateus Vieira Dias.^v

Eugénia Rodrigues (2002) diz que nos anos 30, esse grupo da LNA depositava suas esperanças de promoção social no funcionalismo público, guardando, assim, certa distância em relação aos problemas dos demais angolanos, distanciando-se destes e aproximando-se dos metropolitanos.

Sobre os Pintos de Andrade, em uma longa entrevista dada a Michel Laban no início dos anos 80, Mário Pinto de Andrade (1997) conta que sua família é originária de Golungo Alto, ou seja, trata-se de um núcleo de origem interiorana que no início do século XX se transferiu para Luanda. No relato, procurou caracterizar o caráter mestiço de suas origens com a descrição das misturas entre portugueses e angolanos, explicando que seu avô materno era

mestiço, e a avó, “negra da terra”. Ambos descendiam de comerciantes brancos portugueses existentes na região.

Já os avós paternos eram “homens de letras” e “homens de Igreja”, sendo a família Pinto de Andrade aparentada com a família Pinheiro Falcão. Segundo Carlos Pacheco (1997), Pinto de Andrade, Pinheiro Falcão, Nascimento da Mata, entre outros, faziam parte do grupo de euroafricanos, ou seja, crioulos, que compunham a elite letrada de Luanda desde meados do século XIX, procurando-se também como os Van-Dunens, mas por outro caminho diferenciar-se das demais elites, arvorando-se constituir enquanto uma elite intelectual.

Sobre seu pai, afirmou que ele sofria sérias dificuldades econômicas: “Era um funcionário na reforma, com uma grande neurose e com dificuldades materiais importantes. Essas dificuldades não eram evidentemente dramáticas: dava para comer, como todo assimilado da época” (ANDRADE, 1997, p. 9). Situação diferente fora vivenciada por seus tios mais velhos em anos anteriores, que tinham uma condição econômica mais tranquila:

Diria, numa palavra, que os considerava como a ‘lumpem-aristocracia... Eram assimilados, eram homens que acreditavam serem verdadeiramente os defensores dos valores antigos, valores que os jovens começavam a esquecer... Consideravam que tinham lutado por uma promoção social, ao lado dos brancos, por vezes contra os brancos. Eram funcionários exemplares - havia o culto da burocracia. O grupo que frequentava a casa de meu pai tinha uma conversa que andava sempre à volta desta promoção através da burocracia. É por isso que os chamo por um nome pejorativo: lumpem-aristocracia. Vestiam-se sempre muito bem, tinham a sua maneira de olhar a vida – a necessidade de lutar pelo triunfo: eram valores que transmitiam aos filhos. Consideravam que tinham uma tradição a conservar: é o lado aristocrata deles. Rejeitavam os Van-Dúnens, os Mingas..., que não estavam verdadeiramente enraizados, que não podiam apresentar uma genealogia muito antiga, em que não existiam escravos (ANDRADE, 1997 In: LABAN, 1991, p. 35).

Andrade (1997) utiliza o termo “Lumpem-aristocracia”, baseado no marxismo, mas que não existe nas obras de Marx, para designar os crioulos. Em sua fala o funcionalismo público aparece como uma forma de ascensão social. Na história narrada por ele, é possível perceber que havia também distinção entre os grupos familiares. Uma das razões para isso era a origem:

A minha irmã, entretanto, como rapariga, apaixonou-se por um Van-Dúnen – um funcionário das Finanças, um homem respeitável, José Van-Dunem – mas o meu pai desaprovou esta ligação que poderia tornar-se casamento, por

causa de preconceitos sociais, o preconceito de que a família Van-Dúnen não era de modo algum associável à família Pinto de Andrade, porque, segundo ele, os Van-Dúnen eram ainda muito recentes em Angola – teria havido talvez mesmo escravos na família... Portanto, este preconceito social impediu a minha irmã de continuar aquela ligação. Vivi esse drama da rejeição de um Van-Dúnen na família (ANDRADE, 1997, p. 11-12).

Nesta fala de Andrade (1997), notamos mais uma vez uma importante cisão dentro dessas elites, isto é, o fato de não ter havido escravos nas gerações anteriores conferia-lhes um prestígio social maior do que aos Van-Dunem, que tiveram escravos entre seus ascendentes.

Apesar das distinções nos seios das famílias crioulas a separação maior se dava em relação aos portugueses. Amélia Mingas, ex-militante do MPLA e pesquisadora, descendente dos Mingas, em depoimento dado para o documentário de Joaquim Furtado (1997), falou que sentia a discriminação quando saía de seu espaço de moradia, em Ingombota, uma zona de conforto:

Tive sempre bilhete de identidade de cidadã portuguesa, nasci no bairro dos ingombotas, em plena cidade de Luanda, mas nós éramos os únicos negros naquele bairro, eu nunca tive problemas lá, mas cada vez que eu saía do bairro e andava em outros bairros, eu já era a ‘Macaca’, porque ali todo mundo já sabia que era a Amélia, mas ali era ‘macaca’ (MINGAS In: FURTADO, 1997).

Mingas tinha o bilhete de “cidadã portuguesa”; não o de assimilada. Esta era uma distinção importante para a elite crioula, que sabia que o novo estatuto era uma forma de rebaixamento social. Por esta razão, ela fez questão de destacar as características de seu bilhete. Ao sair de seu espaço habitual, o preconceito racial ("era macaca"), e não social, aparecia com força.

Discriminações ocorriam também nos espaços de trabalho, como é possível perceber no relato de Carlos Alberto Van-Dunem (1991), que trabalhava em uma gráfica, em função da concorrência com os portugueses recém-chegados.

Os salários eram extremamente baixos e discriminatórios; um jovem branco empregado de escritório ganhava muito mais do que o chefe da oficina, homem casado, com muitos filhos e católico fervoroso, ao contrário do branco, que nem entrava numa igreja (VAN-DUNEM apud LABAN, 1991, p. 194).

A chegada em massa dos portugueses nos anos quarenta, impulsionado por uma nova política portuguesa de ocupação de suas colônias^{vi}, provocou um redesenho demográfico na cidade com a expulsão dos angolanos das zonas centrais para zonas periféricas. Nesse cenário, as tensões sociais e raciais aumentaram significativamente, pois os portugueses imigrados concorreram com os crioulos e os nativos em várias atividades econômicas, deslocando-os e marginalizando-os, como revela o depoimento de Van-Dunen (1997).

Em meados do século XX, a elite crioula estava empobrecida e em torno da discussão sobre aceitar ou não o Bilhete de Assimilado que foi a forma encontrada pelo governo português para diminuir a importância social e econômica dos crioulos frente aos portugueses recém-chegados em Angola, sobretudo em Luanda, o que passaremos a ver a seguir.

3. Os crioulos, entre “civilizados” e “assimilados”.

A proclamação do Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique (Estatuto do Indigenato), em 1926, foi uma das soluções encontradas por Portugal para reorganizar as relações com os nativos de suas colônias durante a ditadura salazarista (1926-1975). Ele cumpriu o papel de ordenar o trabalho e os processos de assimilação.^{vii} Além disso, retirava dos crioulos a antiga categorial legal de “civilizado” e criava um novo, o “assimilado”, que significava novas demandas burocráticas a serem seguidas para terem alguns direitos políticos e alguma diferenciação legal em relação aos “indígenas”.^{viii} Esta nova exigência vai fazer parte das discussões dentro da elite crioula e fizeram parte de suas memórias.

Para a camada mais antiga dos crioulos a questão da assimilação era social, e não legal; eles já eram assimilados de fato e não seria necessário requerer o bilhete. Para essas famílias, sobretudo as mais antigas, a questão era aderir ou não ao novo estatuto, trocando a sua antiga categoria de “civilizado” pela nova de “assimilado”, o que, na prática, resultava na diminuição do seu status legal e social.

Em meados do século XX, a elite crioula se viu em torno da discussão sobre aceitar ou não o Bilhete de Assimilado. E, nesse sentido, intensificavam-se os debates entre a cooperação ou não com o Estado português, como deixa transparecer Mario Pinto de Andrade (1997) em entrevista dada a Michel Laban:

Creio que na maior parte do povo existe já a consciência de ‘explorados’ mas existe também o medo de enfrentar essa situação com a consciência de nossa força. Vejamos ali a Liga onde os Mingas (a quem quiseram ou recusaram mesmo a renovação do Bilhete de Identidade), os Van-Dúnen, os Figueiras da Silva, os Torres e os mais não podem deixar de ter a tal consciência de ‘exploradores’ mas o que pretendem, numa esperteza ambaquista, à sombra duma ‘assimilação’ que os ‘assimilados’ deviam ser os primeiros a repudiar, é passar à situação de exploradores dos seus irmãos de raça que consideram ‘inferiores’ em satisfação das suas balofas vaidades pessoais (ANDRADE In: LABAN, 1997,p. 190).

Andrade (1997) denuncia o caráter dúbio das elites angolanas, organizadas através da Liga Nacional Angolana (LNA), quando, por exemplo, os Mingas não quiseram renovar o Bilhete de Identidade, ou seja, tirar o Estatuto de Assimilados, mas, por outro lado, se associavam a outras elites locais para, junto aos portugueses, explorar as populações nativas. Para acentuar esta crítica, ele relaciona esta elite aos ambaquistas, habitantes da região de Ambaca, um dos primeiros pontos de ocupação portuguesa. Os ambaquistas absorveram e traduziram, para as populações angolanas com as quais estavam em contato, elementos do universo cultural português, como a língua, servindo-se, assim, de “instrumento” do colonizador na conquista e ocupação do território angolano.^{ix}

Os Pintos de Andrade também resolveram trocar o estatuto de civilizado (vigente até 1926) pelo Estatuto de Assimilado. Esse fato possibilita-nos discutir o sentido e a efetividade prática desse estatuto para a elite nativa urbana luandense. Já imbuído de uma análise mais acadêmica e política da questão, afirma Andrade em um texto de 1959 e publicado em 2000:

Em contexto colonial, a assimilação traduz-se sempre na prática por uma desestruturação social dos quadros negro-africanos e pela criação em número reduzido da elite assimilada. No caso português, a assimilação apresenta-se como uma receita (a única) que permite fazer sair o indígena, o negro-africano, das trevas da sua ignorância para entrar no santuário do saber. Uma forma da passagem do não-ser ao ser cultural, para empregar a linguagem de Hegel (ANDRADE apud LARANJEIRA, 2000, p. 55).

Segundo ele, a desestruturação dos crioulos (a quem chama de “quadros-negro-africanos”) era algo pensado pelo império português. Caberia ao “assimilado” reagir a essa situação:

O problema hoje é de saber como vai reagir o homem assimilado nessa situação artificial, parasitária de desenraizado. Como se vai afirmar?

Fugindo do convívio com o indígena? Perdendo-se ao contacto com as luzes brilhantes da civilização? Aceitando e aprofundando a sua pseudo-condição de mestiço cultural? (ANDRADE apud LARANJEIRA, 2000, p. 55).

A ideia do assimilado como um desenraizado, conforme a visão de Andrade (1959/2000), tornou-se um “lugar comum”, mesmo para autores contemporâneos, como Teresa José Adelina Silva Neto (2005), para quem os assimilados tiveram “[...] uma vida paralela e artificial de um modelo colonizador” (SILVA NETO, 2005, p. 130). Da mesma maneira, Manuel Jorge (2006) avalia que o assimilado era um africano sem raiz, porque cortara os laços culturais com a sociedade africana para então adquirir e usar hábitos e costumes europeus.^x De certa forma, entender esse assimilado como um indivíduo desenraizado serviu ao longo do tempo como mote ideológico para buscar as “verdadeiras” raízes do homem angolano.

Outra família crioula que optou pelo Estatuto de Assimilado foi a Cardoso, cujo expoente mais conhecido é o escritor Boaventura Cardoso, nascido em Luanda, morador por muito tempo do Malanje.^{xi} É filho de uma dona de casa, dona Rita, e de um enfermeiro-dentista, Sô Cardoso. Em seu depoimento a Laban (1991), ele relatou:

Eu sou de origem quimbundo, embora não domine a língua quimbundo – tenho um conhecimento muito rudimentar dessa língua e isso é importante que se diga. As razões estão ligadas ao tipo de colonização que houve aqui em Angola. Digamos que eu sou produto de uma classe a que se chamou os ‘assimilados’; esta é, mais ou menos, a razão porque as pessoas da minha geração originárias dos centros urbanos – de outras gerações posteriores – não tenham, nuns casos, um domínio perfeito da língua materna, da língua nacional; noutros casos, não conhecem senão a língua portuguesa (CARDOSO In LABAN, 1991, p. 831).

Na fala de Cardoso (In: LABAN, 1991), a assimilação surge como elemento de desestruturação não só das elites crioulas, como, também, dos grupos étnicos angolanos. Assim é possível perceber as imbricações existentes entre os crioulos e tais grupos. Ele explicita o impacto do processo de assimilação impetrado por Portugal para a formação de elites nativas, portadoras do Estatuto de Assimilado e que deveriam servir aos interesses portugueses:

[...] eu quando andava na escola, por essa altura, no ensino secundário, já contestava o ensino que era ministrado aos angolanos, pelo conteúdo das

próprias disciplinas. Era evidente que o sistema pretendia fazer de nós, nessa altura, ‘bons portugueses’. Claro que ao proceder dessa forma pretendia-se que nós nos assimilássemos. Eu tinha plena consciência disso. Toda a vivência que eu tive, particularmente na escola, foi encaminhada no sentido da formação de um homem assimilado, da assimilação dos hábitos e costumes europeus, da transformação das mentalidades. Tudo isso deu-me uma consciência do fenómeno da assimilação (CARDOSO In LABAN, 1991 p. 833).

Seu depoimento demonstra o engajamento de um intelectual que lutou contra Portugal, mas, ao mesmo tempo, revela a complexidade que o processo de assimilação representou para os crioulos. Outra família crioula que se deparou com os desafios do processo de assimilação foram os Vieira Lopes.

Os Vieira Lopes, que habitaram, em meados do século XX, o Bairro Operário, tinham como principais nomes Alberto Vieira Lopes, Benigno Vieira Lopes, Carlitos Vieira Lopes. Alguns de seus membros eram funcionários públicos e trabalhavam na fazenda (SANTOS, 1999, p. 124). Sobre a adoção desse estatuto, um dos principais nomes do MPLA, João Vieira Lopes, em entrevista a Helder Barber e Drumond Jaime (1999), em que analisa sua trajetória pessoal, a entrada na luta anticolonial, a participação no MPLA e as cisões existentes dentro desse grupo, descreveu o processo para se tornar um assimilado:

Esse estatuto nós herdávamos dos pais. Os pais eram assimilados e podiam perfeitamente promover os seus filhos, sobretudo os funcionários públicos, porque, como digo, para se entrar para o liceu no meu tempo era preciso ter um bilhete de identidade. Esse bilhete de identidade só era dado aos assimilados; então, o filho de um funcionário público era considerado assimilado (LOPES In: BARBER e JAIME, 1999, p. 100).

Nessa fala, Vieira Lopes (1999) se refere ao processo existente antes de 1954, quando o pai transmitia ao filho o status de assimilado, o que deixou de ser possível depois de 1954. Com a alteração do estatuto, o filho de um assimilado só poderia requerer o bilhete depois dos 18 anos e teria de se submeter a todo o procedimento legal. Lopes alude ao fato de que, para ser um funcionário público, era preciso ser um assimilado.

Ser um assimilado e, assim, obter alguns direitos, como o de votar, propiciou aos membros dessa elite uma participação política efetiva conforme os marcos legais estabelecidos pelo Estado português, como na eleição de 1958. Nesse pleito, a oposição a

Salazar lançou o general Humberto Delgado para concorrer com o candidato salazarista, o ministro dos Assuntos Navais almirante Américo Tomás.

Como forma de resistência, grande parte dos assimilados em Angola optou por Delgado. Joaquim Pinto de Andrade, irmão de Mário Pinto de Andrade e um dos fundadores do MPLA, falou da importância desse momento para a sua formação política:

[...] sou um dos poucos privilegiados que tinham direito a voto, porque havia aquela diferença entre os indígenas e os assimilados – não vamos entrar na explicação disso, mas sabe certamente o que é isso. Por conseguinte, eu tinha direito de voto e pela primeira vez na minha vida votei em 1958 e claro que votei no candidato da oposição, que era o Humberto Delgado (ANDRADE, 1999, p. 87).

Sua fala demonstra a cisão existente na sociedade, ao se referir a “aquela diferença” entre os “indígenas” e os “assimilados”. Ser assimilado era poder votar, ter algum direito em um contexto de cerceamento de direitos. Sobre essas eleições, Carlos Belli Belo, um dos militantes do MPLA e da UPA e também um assimilado, disse a Barber e Jaime (1999):

Decorria o ano de 58 e as eleições tinham lugar nesse ano em Portugal. Como sabe durante o período eleitoral há uma certa liberdade de imprensa, há uma certa liberdade para permitir que as forças em disputa possam manifestar-se e nós aqui em Luanda, sobretudo nós os jovens, aderimos profundamente aos ideais republicanos democráticos que representava para nós a candidatura do General Humberto Delgado [...] votávamos como portugueses, claro, não votávamos como angolanos [...] só os assimilados é que votavam (BELO In BARBER e JAIME, 1999, p. 115).

Segundo Maria do Carmo Medina, em depoimento para os mesmos Barber e Jaime (1999), diz que tais eleições tiveram um caráter mobilizador na agitação anticolonial que ocorreu, sobretudo, em Luanda, em fins da década de 50. Apesar de o general Humberto Delgado sair derrotado, obtendo 23% dos votos, a eleição mostrou a força da elite crioula local.^{xii} [xii](#)

Pertencente também a uma família tradicional, os Neto, o primeiro presidente de Angola, Agostinho Neto (1959), que também aderiu ao Estatuto de Assimilado, em um depoimento de 1959 relatou as dificuldades encontradas por aqueles que legalmente conseguiam tal status e para os indivíduos que, mesmo não tendo o estatuto, se comportava como um assimilado:

[...] o ‘assimilado’ é um indivíduo que se encontra entre dois mundos. Desenraizado, sem laços que o unam ao seu povo, sem a sua língua, sem os meios de realizar a sua vida conforme a sente, não se encontra também no mundo europeu, cujos costumes adoptou, cuja língua fala, cujos hábitos pratica, sem que todas essas características culturais sejam de facto sentidas, sem que façam parte do seu eu” (AGOSTINHO NETO apud LARANJEIRA, 1959/2000, p. 52).

Com uma fala em sintonia com os discursos de outros participantes da luta anticolonial, sobretudo o de Amílcar Cabral, um dos mais importantes nomes da resistência ao colonialismo português, Neto (1959) vê o assimilado como um desenraizado, ambíguo.

É mais triste que espantoso que uma grande parte de nós, os chamados assimilados, não sabe falar ou entender qualquer das nossas línguas! e isto é tanto mais dramático quanto é certo que pais há que proíbem os filhos de falar a língua dos seus avós. É claro, quem conhece o ambiente social em que estes fenômenos se produzem e vê no dia a dia o desenvolvimento impiedoso do processo de “coisificação” não se admirará de tanta falta de coragem. Este desconhecimento das línguas que impede a aproximação do intelectual junto do povo cava um fosso bem profundo entre os grupos chamados assimilados e indígenas (AGOSTINHO NETO apud LARANJEIRA, 1959/2000, p. 51).

“Drama”, “perda da língua”, “coisificação”, “fosso profundo”, hipérboles criadas por ele, incidiam sobre os crioulos, mas também sobre todos os angolanos que, de alguma forma, aceitavam ou se relacionavam com o fenômeno da assimilação, apontando desta forma a necessidade de romper definitivamente com Portugal.

4. Considerações Finais

O novo contexto social propiciado pela chegada de imigrantes portugueses e a política de assimilação colonial praticada pelo governo salazarista, trouxe impactos significativos para a elite crioula luandense, sobretudo porque representou para esta a queda de seu prestígio social e econômico com o deslocamento (ou mesmo substituição) de seus membros das funções econômicas que exerciam em Angola á séculos.

Suas memórias revelam as dificuldades e ambiguidades de uma falsa escolha. Ser “civilizado” ou “assimilado” representavam pouco naquela sociedade com maior presença portuguesa e do aparato colonial, resultando em uma maior opressão e pondo os angolanos (não só os crioulos) diante do desafio de construir os caminhos para a libertação nacional.

Por fim o que deixa transparecer nos depoimentos, dados no período imediatamente anterior e posterior a independência de Angola (1975), é que a construção desta nação passaria por uma reavaliação da maior (ou menor) colaboração destes crioulos com o colonialismo português, bem como a ruptura definitiva com quaisquer formas de assimilação.

Referencias

ANDRADE, Mário Pinto de. **Mário Pinto de Andrade, uma Entrevista dada a Michel Laban**. Ed: Sá da Costa. Lisboa. 1997.

_____. Depoimento In: JAIME, Drumond e BARBER, Helder. **Angola: depoimentos para a história recente (1950-1976)**. S/l: Edição dos autores, 1999.

_____. In: PIRES LARANJEIRA (Org.). **Negritude africana de língua portuguesa: textos de apoio**. Braga: Angelus Novus, 2000.

BITTENCOURT, Marcelo. **Dos jornais às armas**. Trajectórias da Contestação Angolana. Lisboa: Vega, 1999.

_____. Angola: tradição, modernidade e cultura política. In: REIS, Daniel Aarão *et all* (Org.). **Tradições e modernidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 129-144.

CARDOSO, Boaventura. Entrevista. In: CHAVES, Rita; MACEDO, Tânia; MATA, Inocência (Org.) **Boaventura Cardoso, a escrita em processo**. Luanda; São Paulo: UEA, Alameda editorial, 2005.

CASTELO, Cláudia. **Passagens para África**. O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

CHAVES, Rita; MACEDO, Tânia; MATA, Inocência (Org.) **Boaventura Cardoso, a escrita em processo**. Luanda; São Paulo: UEA, Alameda Editorial, 2005.

CORRADO, Jacopo. **The creole elite and the rise of angolan protonationalism (1870-1920)**. Amherst: Cambria Press, 2008.

DIAS, Jill. Uma questão de Identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola Portuguesa entre 1870 e 1930. In: **Revista Internacional de Estudos Africanos**. Ano I, nº. 1, janeiro-junho, 1984.

HENRIQUES, Isabel Castro. **Território e identidade**. O desmantelamento da terra africana e a construção da Angola colonial (c. 1872 – c. 1926). Sumário pormenorizado da lição de síntese apresentada a provas para obtenção do título de Professor Agregado do 4º Grupo (História) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa. 2003, p. 18.

- JORGE, Manuel. Nação, identidade e unidade nacional em Angola. In **Latitudes**: Cahiers Lusophones, France, 2006, p. 3-10.
- LOPES, João Vieira. Depoimento In: JAIME, Drumond e BARBER, Helder. **Angola**: depoimentos para a história recente (1950-1976). S/l: Edição dos autores, 1999.
- MATEUS, Dalila Cabrita. **A luta pela independência**: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC. Mem Martins: Inquérito, 1999.
- MEDINA, Maria do Carmo. Entrevista In: JAIME, Drumond e BARBER, Helder. **Angola**: depoimentos para a história recente (1950-1976). S/l: Edição dos autores, 1999.
- MENESES, Maria Paula G. “O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais”. In **E-Cadernos CES**: Identidades, cidadania e Estado, no. 7, 2010.
- MESSIANT, Christine. Luanda (1945-1961): colonisés, société coloniale et engagement nationaliste In: CAHEN, Michel (Org.). **Vilas et cidades**. Bourgs et villes en Afrique Lusophone. Paris: Laboratoire Tiers-Monde/Afrique, 1989.
- MINGAS, Amélia. Entrevista a Joaquim Furtado In: **A guerra**: a operação Nambuangongo. Joaquim Pacheco. Rede de Televisão de Portugal (RTP), Dvd 4, 2007, Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?feature=endscreen&NR=1&v=mi4Mo9MEv_g>. Acesso em: 21 jul. 2012.
- NASCIMENTO, Washington Santos. **Gentes do Mato**: os "novos assimilados" em Luanda. 2013. 218 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- NETO, Agostinho. In: LARANJEIRA, Pires (Org.). **Negritude africana de língua portuguesa**: textos de apoio. Braga: Angelus Novus, 2000.
- OLIVEIRA, Mario Antonio Fernandes. **Luanda, "ilha" crioula**. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1965.
- PACHECO, Carlos. **MPLA, um nascimento polémico** (as falsificações da história). Lisboa: Vega, 1997.
- RODRIGUES, Eugénia. **A geração silenciada**: a Liga Nacional Africana e a representação do branco em Angola na década de 30. Porto: Edições Afrontamento, 2002.
- SANTOS, Jacques Arlindo dos. **ABC do Bê Ó**. Edições CC. Angola, 1999.
- SANTOS, Maria Emilia Madeira dos. **Nos caminhos de África**. Serventia e Posse. Angola Século XIX. Lisboa, 1998.
- SILVA NETO, Teresa José. **Contribuição a historia da educação e cultura de Angola**: grupos nativos, colonização e a independência. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de Campinas, 2005.

VAN DUNEN, Carlos Alberto. Entrevista In: LABAN, Michel. **Angola: encontro com escritores**. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1991.

VAN DUNEN, Domingos. Entrevista In: LABAN, Michel. **Angola: encontro com escritores**. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1991.

Notas

ⁱ Jill Dias (1984) define os crioulos como uma categoria sociocultural que englobava, convenientemente, uma vasta gama de elementos heterogêneos, que iam desde os descendentes de europeus nascidos em Angola (tanto branco como mestiços) quanto aos africanos “destribilizados”, mais ou menos adaptados à cultura europeia, mas que tinham elementos em comum, como o fato de ser um grupo intermediário entre os europeus da metrópole e a maioria da população nativa, em sua maioria rural. Marcelo Bittencourt (2010, p. 5) diz que o termo crioulo “[...] é uma construção analítica que pretende dar conta de um grupo que possui características históricas e culturais específicas em relação aos demais africanos e que parte da experiência ocorrida em outros territórios na África e na América Latina”.

ⁱⁱ A origem dessas famílias é discutida por Dalila Cabrito Mateus (1999), Cristine Messiant (1994) e Mário Pinto de Andrade em depoimento a Michel Laban (1999). MATEUS, Dalila Cabrita. **A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC**. Mem Martins: Inquérito, 1999. MESSIANT, Christine. “Luanda (1945-1961): colonisés, société coloniale et engagement nationaliste”, in Michel Cahen (Org. de). **Vilas et cidades**. Bourgs et villes en Afrique Lusophone. Paris: Laboratoire Tiers-Monde/Afrique, 1989 e ANDRADE, Mário Pinto de. **Mário Pinto de Andrade. Uma Entrevista dada a Michel Laban**. Ed, Sá da Costa, Lisboa, 1997.

ⁱⁱⁱ Uma referência a BALTASAR VANDUNEM aparece também no Arquivo da Torre do Tombo, em um documento de 1670, onde ele solicita autorização para se retirar de Angola para o Brasil. NÍVEL DE DESCRIÇÃO. Documento simples. CÓDIGO DE REFERÊNCIA. PT/TT/RGM/A/001/0028/28010VDATAS DE PRODUÇÃO 1673-07-03a 1673-07-03 ÂMBITO E CONTEÚDO Provisão. Licença para se retirar de Angola para o Brasil. COTA ACTUAL Registro Geral de Mercês, D. Afonso VI, liv.28, f.10vTIPO U.I. Fonte: <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=1840428>>. David Birmingham faz referência a esta família p. 103 e As origens da Família Van-Dunem são analisadas no campo literário por Pepetela na obra “A Gloriosa Família”, de 1997.

^{iv} No seu estatuto da Liga, promulgado em 1933, se percebe um pouco o perfil dos civilizados que dela faziam parte, eram objetivos: Criar escolas e bibliotecas para instrução literária, moral e profissional de todos os seus sócios; 1) Promover a organização de uma cooperativa para uso dos sócios e uma caixa de auxílios a sócios necessitados; 2) Defender os direitos dos sócios e zelar pelos seus interesses; 3) Montar aulas de ginástica, esgrima e jogos para educação física dos sócios toda espécie de divertimentos, recreio e desportos (ESTATUTOS *apud* RODRIGUES, 2003, p. 58).

^v Uma relação completa desses nomes está em RODRIGUES (2002, p. 54).

^{vi} Um dos mais significativos sobre as migrações de portugueses para suas colônias na África foi o desenvolvido por CASTELO, Cláudia (2007).

^{vii} Esta preocupação que se manifesta em 1926, vem desde pelo menos o final do século XIX, onde o principal desafio de Portugal era o “obrigar as províncias ultramarinas a produzirem” (ENNES, 1946, p. 27). Como nisto não se poderia contar com o trabalho dos colonos brancos, sob argumento da inclemência do clima, da aridez do

solo e da proliferação de doenças desconhecidas e insuportáveis, restava o trabalho indígena: “precisamos dele para a economia da Europa e para o progresso da África. A nossa África tropical não se cultiva senão com Africanos (ENNES, 1946 [1899]).

^{viii} Em 1954, o Estatuto do Indigenato é reformulado, criando ainda mais dificuldades para a obtenção do Bilhete de Assimilado, além de tornar esta condição frágil, já que poderia ser revogada a qualquer momento, ao sabor das autoridades administrativas. Por esta razão, ele pode ser entendido como o resultado de um esforço empreendido por Portugal para proteger os portugueses menos qualificados da concorrência interna com os nativos, sobretudo em relação aos crioulos. NASCIMENTO, Washington Santos (2013).

^{ix} Segundo Maria Emilia Madeira Santos (1998, p. 470), “Nos meados do século XIX, mais precisamente em 1863, dos 55.820 habitantes do concelho de Ambaca, 16.659 sabiam ler e escrever. Os números valem o que vale uma estatística desta época, neste lugar, mas eram tão verossímeis que foram publicados no Diário do Governo. Em 1885, Henrique de Carvalho encontra ‘esse vislumbre de ‘civilização’ disseminado por todas as regiões que percorreu. O ambaquista é um ‘vulto com quem se topa a cada passo no centro do continente’”

^x De acordo com Jorge, o assimilado se beneficiava dos privilégios reservados à sociedade europeia. Assim, Portugal teria criado um africano de novo tipo, “Destribalizado, não sabendo, por vezes, falar a língua local, impelido para as estruturas organizacionais europeias e, enfim, urbanizado, o assimilado, desempenha, plenamente, o seu papel de pilar da colonização” (2006, p. 55).

^{xi} Trata-se de um dos escritores angolanos mais lidos e traduzidos na atualidade. CHAVES, Rita; MACEDO, Tânia; MATA, Inocência (Org.), 2005.

^{xii} Maria do Carmo Medina, portuguesa e defensora de alguns dos angolanos presos no processo dos cinquenta também ressalta a importância desse momento: “Em 1958 houve a eleição de Humberto Delgado, de Arlindo Vicente e, nessa altura, o grupo que estava aqui realmente democrata teve uma atividade muito intensa. Nós conseguimos aqui em Luanda nessa altura, isso também foi uma coisa muito assinalável na época, conseguimos na mesa de voto que funcionou na então Câmara Municipal de Luanda, então era o Governo Provincial de Luanda a controlar os votos, portanto, da candidatura de oposição ao regime fascista do General Humberto Delgado. A sala estava pejada de gente, cheia de polícia, cheia de elementos agressivos em relação a nós. Nós entramos lá de manhã e saímos eram cerca de 22 horas, sem termos saído durante todo esse tempo para não permitir que houvesse fraude nas urnas. Quando foi o apuramento dos votos realmente a oposição tinha ganho”. (MEDINA In DRUMOND e JAIME, 1999, p. 73). MEDINA, Maria do Carmo. Entrevista In: JAIME, Drumond e BARBER, Helder. **Angola: depoimentos para a história recente (1950-1976)**. S/l: Edição dos autores, 1999.

Sobre o autor

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É docente de História da África no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

